

## POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS<sup>1</sup>

### PUBLIC POLICIES AND TECHNIFICATION OF AGRICULTURE IN GOIÁS

### LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y EL PROCESO DE TECNIFICACIÓN AGRÍCOLA EN GOIÁS

Evandro César Clemente

Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Jataí –

UFJ

evandroclemente@gmail.com

Marcos Antonio Marcelino

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Jataí – UFJ.

Professor da Faculdade de Anicuns – FA. Professor da Secretaria Municipal de

Educação, Esportes e Lazer de Caldas Novas - SEMEL

marcosmarcelino073@gmail.com

#### RESUMO

O objetivo do trabalho é buscar compreender a ação do Estado, via elaboração e execução de políticas públicas que se materializaram na transformação estrutural da produção da agricultura goiana a partir dos anos 1970. O procedimento metodológico adotado para a consecução da pesquisa foi a revisão bibliográfica, a partir de leituras e pesquisas em livros, teses, dissertações e artigos científicos, além de análises e interpretações em documentos de órgãos públicos que tratam desta temática. A partir da pesquisa, depreende-se que a ação do Estado brasileiro foi decisiva e fundamental na manutenção do latifúndio e na criação e implantação de projetos e ações de modo a estimular a expansão da monocultura e a produção de *commodities* agrícolas, inserindo o estado de Goiás na lógica da acumulação ampliada global.

**Palavras-chave:** Estado. Políticas Públicas. Cerrado. Agricultura Empresarial Capitalista Estrutura Fundiária.

#### ABSTRACT

The objective of this work is to seek to understand the action of the State, via the elaboration and execution of public policies that materialized in the structural transformation of agricultural production in Goiás from the 1970s onwards. bibliography, based on readings and research in books, theses, dissertations and scientific articles, as well as analyzes and interpretations in documents from public bodies that deal with this theme. From the research, it appears that the action of the Brazilian State was decisive and fundamental in the maintenance of the estate and in the creation and implementation of projects and actions in order to stimulate the expansion of monoculture and the

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado (em andamento) para produção de Tese intitulada “COOPERATIVISMO E RESISTÊNCIA CAMPONESA: UMA ANÁLISE NO ESTADO DE GOIÁS” que será defendida junto Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

production of agricultural commodities, inserting the state of Goiás in the logic of expanded global accumulation.

**Keywords:** State. Public policy. Thick. Capitalist Entrepreneurial Agriculture Land Structure.

**RESUMEN:** El objetivo de este trabajo es buscar comprender la acción del Estado, a través de la elaboración y ejecución de políticas públicas que se materializaron en la transformación estructural de la producción agrícola en Goiás a partir de la década de 1970. bibliografía, a partir de lecturas e investigaciones en libros, tesis, disertaciones y artículos científicos, además de análisis e interpretaciones de documentos de organismos públicos que aborden esta temática. De la investigación se desprende que la acción del Estado brasileño fue decisiva y fundamental en el mantenimiento del patrimonio y en la creación e implementación de proyectos y acciones con el fin de estimular la expansión del monocultivo y la producción de *commodities* agrícolas, insertando el estado de Goiás en la lógica de la acumulación global expandida.

**Palabras clave:** Estado. Políticas públicas. Grueso. Estructura de la tierra agrícola empresarial capitalista.

## INTRODUÇÃO

A territorialização do processo de tecnificação da agricultura no campo goiano aconteceu a partir dos anos 1970, sendo que desde então, vem se aprofundando cada vez mais, acentuando sua hegemonia e consolidando a agricultura empresarial capitalista no estado. A referida tecnificação foi alavancada pelas políticas públicas elaboradas e executadas pelo Estado brasileiro, de acordo com os interesses hegemônicos do grande Capital, investindo na inserção de projetos e instituições que foram decisivos para que o estado de Goiás se despontasse no ramo da agroindústria ao longo dos últimos cinquenta anos.

O período esboçado nesta pesquisa considera que o estado de Goiás passou por transformações a partir dos investimentos indiretos e diretos dos governos federal e goiano, reverberando sobre a agricultura com a criação de instituições como: Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DERGO); Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA); Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CEPAC) e políticas públicas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), entre outros.

Parte-se do pressuposto que a expansão da agricultura tecnificada resultou do processo de reestruturação produtiva do Capital imposto pelas empresas privadas com respaldo do Governo Federal, que atuou fornecendo infraestruturas, subsídios, isenções fiscais, etc. Nesse contexto, o território goiano foi considerado estratégico para a lógica produtiva do Capital a partir da década de 1970, tendo a tecnificação do campo como uma das faces do processo de apropriação do território pelo grande Capital.

Os procedimentos metodológicos foram executados em duas fases. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, artigos científicos e documentos de órgãos públicos disponíveis em *sites* oficiais. Após a consolidação da base teórica com levantamentos de dados, a pesquisa delineou-se para fase da escrita, com ênfase às questões estruturais a partir de políticas públicas com concretização de entidades e programas governamentais que incentivaram a tecnificação da agricultura. As criações institucionais de órgãos governamentais voltadas ao campo, contribuíram para a manutenção da concentração da propriedade da terra e a expansão da monocultura de grãos. Fatos que provocaram as migrações externas (pessoas que chegaram de outros estados) e internas (campo-cidade) que proporcionaram o crescimento da população das cidades e esvaziamento do campo.

## **ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA: UMA ANÁLISE DA TECNIFICAÇÃO DO CAMPO EM GOIÁS**

As políticas públicas elaboradas para o campo no Brasil, via de regra, foram invariavelmente implementadas sob os interesses das classes hegemônicas, que se materializaram nos diferentes governos em seus respectivos períodos de governabilidade. Nesse sentido, o Estado caracterizou por não atender a demanda da maioria da sociedade, mas sim priorizou grupos ligados às questões da agroindústria vinculados à política estatal de “desenvolvimento” geral da economia brasileira e goiana, que por sua vez, estavam interligadas às necessidades do mercado externo e se limitaram, no final das contas, a promover um crescimento econômico fortemente concentrado. Portanto, tais ações não promoveram de fato o desenvolvimento, pois não melhoraram a vida da maior parte da população.

Sobre o desenvolvimento rural, Clemente (2011) enfatiza que:

A *priori*, partimos da ideia inicial, que, somente alcançaremos um desenvolvimento rural efetivo, entendido como geração e distribuição de renda com baixo nível de degradação ambiental, a partir do aprimoramento efetivo da proposta de desenvolvimento territorial rural, em que as dimensões cultural, ambiental e social sejam colocadas no mesmo patamar de relevância da dimensão econômica. (CLEMENTE, 2011, p. 28).

O processo de inserção da tecnificação no campo ocorrido em Goiás foi marginalizador, pois os povos que já habitavam o estado, ou seja, os camponeses, remanescentes de quilombos, povos originários e outros não foram incluídos neste processo. Segundo Clemente (2011, p. 51-52)

O processo de tecnificação da agricultura facilitou a penetração das relações capitalistas de produção no campo, viabilizando o aprofundamento da exploração sobre trabalhadores e pequenos proprietários rurais, contribuindo para a degradação das condições de vida destes.

Sobre esse processo, Clemente e Cleps (2020) enfatizam que:

O avanço do capital no Cerrado em Goiás manteve inalterada a concentração da propriedade da terra e desarticulou parte da agricultura familiar camponesa e demais relações de trabalho não capitalistas, que existiam nos interstícios das grandes propriedades rurais e da agricultura para o autoconsumo (CLEMENTE; CLEPS, 2020, p. 299).

Os governantes sempre usaram a tecnificação como “modernização”, pois seria a introdução do “novo” que representaria o “moderno”. Porém, os pequenos proprietários rurais e outros sujeitos sociais do campo não foram inclusos nesse processo.

Neste contexto, Matos (2011) enfatiza que:

Em Goiás, a opção de modernidade que se fez foi promovida por projetos governamentais para a ocupação econômica do estado: talvez o principal deles tenha sido a modernização da agricultura. Nessa opção, foi configurada a dicotomia entre o moderno e o tradicional, o velho e o novo. O moderno e o novo simbolizavam o desenvolvimento e o progresso, e o tradicional e o velho simbolizavam o atraso. Com isso, o camponês, com suas técnicas, consideradas pouco avançadas e sua produção em pequena escala, foi de certo modo, desvalorizado na condução das novas formas de produzir, baseadas na incursão da ciência, tecnologia e informação, ou seja, no capital. (MATOS, 2011, p. 88)

Destaca-se que quando as transformações chegam, promulgam mudanças, reorganizações e reestruturações dos processos produtivos. Com isso, não se fomentou apenas a economia de Goiás, como também modificou a infraestrutura do estado. Além

disso, há que se lembrar que a porção Sul do estado de Goiás foi conectada à região Sudeste do país, passando a fornecer matérias primas e alimentos para a indústria e a população daquela região.

Nesta perspectiva, Goiás teve que se adequar a um novo tempo, a um novo contexto e, conseqüentemente às novas dinâmicas que o grande capital de então exigia. Assim, as políticas públicas se voltaram exclusivamente para a melhoria da infraestrutura visando fomentar as transformações do território goiano, que recebeu a implantação dos projetos de expansão agrícola para atender o comércio nacional e internacional.

Assim, nos anos 1960 o governo estadual começou a elaborar estratégias para permitir a implantação de projetos que contribuiriam para a reestruturação do estado de Goiás. Seguindo neste balizamento, em 1962 foi criado o Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DERGO), que teve investimentos nos meios de transportes com recursos financeiros oriundos do próprio governo goiano. O destaque deste órgão se deve ao fato de que o mesmo foi de primordial importância no processo de ampliação da agricultura, pois se abria estradas melhorando o transporte interno, bem como a ligação de Goiás com outras regiões do país. Para o grande capital, a expansão da infraestrutura de transporte é fundamental, pois significava economia de tempo e maior circulação.

Em economia, o transporte é considerado como uma parte da produção, porquanto ele cria o que se denomina a utilidade do local. As mercadorias devem ser trazidas dos lugares onde a natureza as produz ou onde são fabricadas, para os locais em que são utilizadas e consumidas. Esse transporte gera um certo valor. Os melhoramentos de transporte buscam tornar aquela “utilidade do local” mais barata e disponível em tempo mais curto. Da mesma forma que o armazenamento, o transporte pode vir a criar uma “utilidade de tempo em certas mercadorias”, enquanto elas estão a caminho dos seus mercados. Os melhoramentos: a) o veículo; b) a energia locomotora; c) a via. (BORGES, 2007, p. 54).

Percebe-se que foi dada ênfase, por parte do governo, às inovações realizadas através dos transportes com intuito de estruturar o estado para futuras implantações de programas e projetos, oriundos do Governo Federal, por meio de políticas públicas, com intuito de explorar o Cerrado goiano. A expansão da agricultura empresarial capitalista no estado de Goiás foi se tornando visível na medida em que o governo priorizou seu interesse para esta área, vindo assim a investir na mesma, por meio de políticas públicas. Para Moraes (2004, p. 24) “A implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

em 1965 contribuiu decisivamente para a tecnificação das técnicas agrícolas em Goiás, com expressivas repercussões na configuração territorial do estado”. O SNCR foi o principal órgão utilizado para o fomento da tecnificação da agropecuária. Tinha como prioridades financiar uma parcela do capital de giro à produção e estimular a formação de capital e a inserção de tecnologias modernas em todos os estágios da produção (COELHO, 2001).

Dentre os órgãos estatais que contribuíram para impulsionar a expansão da agricultura empresarial capitalista no estado de Goiás e de todo o Cerrado brasileiro, incluímos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), apesar da mesma ser da esfera Federal. De acordo com Tavares (1991), no ano de 1972 foi criada a EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sob a Lei Federal nº 5.852, de 7 de dezembro, sendo que em 1974 foi instituída também a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Houve o estabelecimento do sistema de crédito rural nas seguintes modalidades: fundiário, investimento, custeio e comercialização; depois, a institucionalização da pesquisa agropecuária (com a criação da EMBRAPA) e, em seguida, a centralização das atividades de assistência técnica e extensão rural (a formação da EMBRATER). Além do mais, o Estado estimulou a produção de insumos extra-setoriais com a expansão do departamento produtor de bens de capital, isto é, de máquinas (colheitadeiras e tratores, principalmente), equipamentos, fertilizantes, corretivos e “defensivos” ou agrotóxicos agrícolas. (TAVARES, 1991, p. 22).

Seguindo no balizamento de empresas estatais, tivemos na esfera estadual a criação da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA). A empresa foi criada sob a Lei nº 7.745 de 14 de novembro de 1973 (GOIÁS, 2005). Sobre as ações da empresa, Santos (1998, p. 44) destaca que “A Emgopa apresentou uma alocação de recursos que permitiu gerar tecnologias que modificaram o comportamento da agricultura em Goiás em setores onde a tecnologia foi difundida e implantada”. A empresa investiu em sementes de soja certificadas que proporcionavam maior produtividade.

A criação da variedade de soja Emgopa 301, passou a ser destaque de toda a criação genética e a sua transformação em semente básica, em função dos benefícios que vinham gerando, naquela época. A importância desta variedade que a Empresa Estadual de Pesquisa, através de sua coordenação de sementes básicas, produz e coloca no mercado dos produtores de semente certificadas e também fiscalizadas é muito importante, dado a sua grande capacidade de aceitação e adoção por parte dos produtores (SANTOS, 1998, p. 45).

Além dos investimentos no aprimoramento das sementes de soja ambientadas a produzir no Cerrado, a EMGOPA também teve participações nas gerações de tecnologias voltadas à produção de milho, algodão, sorgo, além de combates às “pragas”. Posteriormente, a EMGOPA foi incorporada à Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER) através do Decreto nº 4.628, de 29 de janeiro de 1996 (GOIÁS, 1996).

Conseqüentemente surgiu o Centro de pesquisa Agropecuária do Cerrado (CEPAC). De acordo com Marcelino (2016, p. 40) “O CEPAC foi criado em 1975 e que suas pesquisas são voltadas para o Cerrado”. Enquanto para Franco (2003, p. 23) “[...] esse por sua vez, foi de fundamental importância para o sucesso da agricultura moderna no Cerrado brasileiro, sendo o responsável direto na correção do solo e na adaptação da soja no Cerrado”.

Para disseminar a “modernização” do campo no Cerrado, foram criados ainda programas governamentais. Conforme Matos (2011), o de maior destaque no âmbito da inserção de capital e tecnologia foi o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), criado em 1975 pelo Governo Federal. Visava a incorporação das áreas do Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios.

O POLOCENTRO foi um dos condutores do processo de modernização da agricultura no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital. Aprovou 3.373 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação, num total de cerca de US\$ 577 milhões até o ano de 1982, período no qual o programa esteve em vigor. Dos beneficiários, 81% operavam em propriedades com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa (MATOS; PESSOA, 2014, p. 7).

As condições vantajosas de crédito do POLOCENTRO estimularam agricultores de outras regiões, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil a migrarem para o Cerrado. Estes eram atraídos pelos benefícios que o programa oferecia e pela vantagem do preço das terras no Cerrado ser relativamente baixo em relação aos valores do Sul e Sudeste do país (MATOS, 2011). Os novos habitantes foram decisivos na exploração do Cerrado, sendo que os “nativos” não usavam a terra para obterem vultosos lucros.

Para Inocêncio (2010, p. 73) “O POLOCENTRO foi projetado para um período de 10 anos, porém, foi desativado no início da década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos”. No

contexto de ineficiência do referido projeto, Salim (1981) destaca que [...] “os objetivos sociais do programa, também não ultrapassaram o nível do discurso oficial, pois os instrumentos de ação utilizados, dos quais se destaca a política de crédito rural, favoreceram muito mais a concentração do que a distribuição de renda” (SALIM 1981, p. 80).

Neste balizamento, o governo criou outro programa de investimentos no campo goiano, com os mesmos objetivos de beneficiar a elite agrária, apresentando melhores resultados econômicos, sendo o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que foi um dos condutores do processo de “modernização” do campo no Cerrado, responsável por significativo movimento do Capital.

O PRODECER é um projeto de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão, específico, de grande porte, e que cumpriu três papéis importantes no processo de territorialização do capital no Cerrado. O primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial (INOCÊNCIO, 2010, p. 86).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento pesquisados não proporcionaram problemas estruturais na agricultura, muito pelo contrário, em termos gerais, os planos eram bem parecidos e voltados ao fortalecimento da agroindústria, pois visavam a exploração do Cerrado goiano, propondo-se o aumento na produtividade agrícola; incentivo à industrialização no meio rural; fortalecimento do crédito rural; entre outros (INOCÊNCIO, 2010).

Na opinião de Estevam (2004), a ideia de integração nacional dos governos militares no Brasil estava de acordo com os interesses do Capital internacional, cujo objetivo era encontrar novas fronteiras para conquistar e instituir territórios capitalistas para explorá-los. Já naquela época, muitas empresas internacionais estavam sendo pressionadas por ambientalistas internacionais a procurarem países emergentes para se instalarem em decorrência da “Revolução Verde”.

A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores, colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas). Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de

práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente (SANTILI, 2009, p. 04).

Outro ponto a destacar é que os agricultores do Sul e Sudeste do país estavam dispostos e preparados para ocupação e exploração do Cerrado. Para Thomaz Junior e Mendonça (2002, p. 20) “Os sulistas – empresários rurais oriundos dos Estados da região Sul e de São Paulo, que possuíam experiência na agricultura moderna, já iniciada nessas áreas com o cultivo do trigo e da soja, se deslocam para o Cerrado”.

Deste modo, Bittar (2011) destaca que:

Dentro desse contexto, a região dos Cerrados tornou-se estratégia na incorporação de novas áreas, tanto pela sua posição geográfica, como por suas características físico-territoriais, que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da “Revolução Verde” (BITTAR, 2011 p. 26).

De acordo com Souza (2011) esse processo seguiu os ditames da Revolução Verde, quando toda a realidade social, produtiva e ambiental deveria estar preparada para a inserção dos equipamentos agrícolas “modernos”. Por isso, surgiram possíveis projetos governamentais de “desenvolvimento” agrícola pautados na intensa mecanização, que inseriu um novo padrão técnico-produtivo sobre a agricultura distanciada das reais características geográficas de reprodução social e ambiental local. Segundo Menezes (2007, p. 202) “[...] a Revolução Verde aumentou a desigualdade no meio rural, pois beneficiou apenas os produtores de maior renda, além de tornar as culturas mais vulneráveis a pragas”.

Neste contexto, Carvalho e Borges (2018) apresentam os efeitos das (re)ações da Revolução Verde:

O Brasil posicionava-se nesse período, na contramão do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável, incentivando a ocupação das áreas de florestas e vegetações nativas para implantar projetos de agricultura e pecuária em vastas propriedades rurais dos estados de Goiás, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Pará e Amazônia. A ideia de “revolução verde” casada à criação de uma ampla região de fronteira agrícola transformou a mencionada revolução num dos

maiores projetos institucionais públicos e privados de devastação do meio ambiente no Brasil (CARVALHO; BORGES, 2018, p. 17).

A revolução verde imposta no estado de Goiás não foi em sua essência benéfica no contexto social e ambiental. Sobre isso, Clemente (2011, p. 22-23) argumenta que “A revolução verde gerou riqueza para poucos e pobreza para muitos, com a intensificação do êxodo rural, o empobrecimento e expropriação dos pequenos proprietários, a proletarização (boias-frias), além de acentuar a já concentrada propriedade da terra no país”.

Nesta perspectiva, o estado de Goiás, até então tido como “atrasado”, com características típicas do rural tradicional, passou a conhecer um novo processo de trabalho e de produção, gerado sobretudo profundas transformações no campo.

A tecnologia imposta ao campo pelo complexo agro-industrial é, portanto, uma resultante da produção de redução do tempo de trabalho e do tempo de produção, que constitui o caminho para a extração de excedentes, mas é também uma decorrência da luta entre capital e trabalho no centro do sistema capitalista, que motiva a geração de máquinas e equipamentos, visando aumentar a produtividade e reduzir a massa global de salário. (BENVINDO, 1984, p.17).

Como forma de reverter a situação e/ou não causar impacto sobre a sociedade acerca da realidade que se criara, o governo brasileiro promulgou a ideia de “desenvolvimento” com o intuito de ludibriar a população.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 que ocorreram o processo de “modernização” no Cerrado goiano, confronta-se com as técnicas sustentáveis, propícias à pequena produção agrícola familiar camponesa *versus* latifúndio e agronegócio. Como se percebe, são dois grupos completamente opostos, pois enquanto uns usufruíam de uma situação econômica melhor, outros enfrentavam o labor diário sem, contudo, usufruir de condições básicas de vida (SOUZA, 2011).

Nesse cenário, não havia por parte das políticas públicas nenhuma intenção de propiciar mudanças que viessem modificar a estrutura fundiária que se apoiava na concentração da terra. Pelo contrário, desejavam não somente manter, mas também consolidar a expansão da monocultura e a produção de *commodities* agrícolas, contando para isso, com imposições dos governantes (estadual e federal), com intuito de beneficiar a elite agrária. Para tanto, se aproveitaram da posição de Goiás, assim como apoiar as

decisões do governo federal em integrar as regiões do Brasil, o que de certa forma traria benefícios econômicos ao centro do país.

Foi nos anos de 1970 e 1980 que o estado de Goiás foi efetivamente integrado à economia nacional. Programas de desenvolvimento regional e projetos especiais melhoraram a infraestrutura, criaram as condições necessárias para a expansão da agricultura em bases empresariais capitalista (HESPANHOL, 2000 *apud* CLEMENTE; CLEPS JR, 2020, p. 293).

Como se observa, o “desenvolvimento” do setor agrícola no Estado de Goiás foi marcado pelo domínio acentuado do capital monopolista e pela integração dos capitais agrícola, comercial, industrial e financeiro. Segundo Mendonça (2004), o Estado na atualidade exerce a função de agenciador das produções econômicas de seus territórios, atraindo empreendedores de outras partes e incentivando a produção interna.

As políticas públicas voltadas ao Cerrado goiano sempre foram direcionadas para a consolidação do modelo da agricultura empresarial capitalista monocultora. De acordo com Marcelino (2016), a atuação do Estado concentra-se principalmente no campo, com infraestrutura voltada aos grandes proprietários que sobressaíram em relação aos pequenos, que por sua vez, não obtiveram os mesmos incentivos. Segundo Clemente (2011, p. 55) “O processo de “modernização” da agricultura, do ponto de vista do pequeno proprietário rural, foi bastante nocivo, de maneira que a sua renda tendeu a declinar, piorando suas condições de sobrevivência”.

Nesse contexto ocorreu foi o fortalecimento e intensificação da concentração de terras, proporcionando maior desigualdade social. Para Clemente; Cleps Jr. (2020, p. 305) “Nas últimas décadas, a expansão geográfica das relações capitalistas, advindas via fortalecimento do neoliberalismo, têm intensificado a exploração, a desigualdade e a marginalização social”. Seguindo neste balizamento os pequenos produtores ficam submissos as ações do Estado que não têm apresentado políticas públicas eficazes para proporcionar sustentabilidade e melhor qualidade de vida para essa classe.

## **ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS**

O estado de Goiás apresenta elevada concentração de terras nas mãos de uma minoria representada pelos latifundiários, que detém o poder sobre as terras e sempre

foram beneficiados pelas políticas públicas voltadas ao setor agrário. Esse modelo é adotado desde a colonização do Brasil, sendo oficialmente determinado pela denominada Lei de Terras de 1850. “A Política de Terras adotada pela elite dirigente regional em Goiás estava em consonância com a política nacional concentracionista” (CLEMENTE; CLEPS, 2020, p. 291). Nesse sentido, a disparidade socioeconômica no campo goiano acentuou em prol do agronegócio e apresenta fragilidades em ações governamentais aos agricultores familiares camponeses.

A estrutura fundiária constitui um indicador e revelador importante dos processos de apropriação da natureza e estratificação social nos territórios rurais. Ela pode ser considerada um fator chave na compreensão desta dinâmica e, pode bloquear ou favorecer o desenvolvimento rural (CROIX, 1998). De acordo com levantamentos em diversos municípios goianos, consideramos que os estabelecimentos no estado de Goiás se diferem em até 200 hectares (pequena propriedade); + de 200 até 1.000 hectares (média propriedade) e + de 1.000 hectares (grande propriedade). A concentração da estrutura fundiária goiana é corroborada pelo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2017.

**Tabela 01 - Estado de Goiás – estrutura fundiária - 2017**

Estratos/ hectares	Número de estabelecimentos	Porcentagem %	Área dos estabelecimentos	Porcentagem %
0 a menos de 10	28.909	19,01	136.671	0,52
10 a 50	63.048	41,46	1.719.386	6,52
50 a 100	20.666	13,60	1.481.370	5,62
100 a 200	14.864	9,77	2.119.670	8,04
200 a 500	13.429	8,83	4.262.468	16,17
500 a 1.000	5.755	3,78	4.071.364	15,44
1.000 e mais	5.123	3,37	12.571.972	47,69
total	152.089	100,00	26.362.901	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – resultados preliminares (2017).

Elaborada pelos autores com base no IBGE

De acordo com a Tabela 01, no ano de 2017 os estabelecimentos situados no estrato de até 200 hectares constituíam um total 127.487, representando 83,84 % do contingente, enquanto apresenta uma área de 5.457.097 hectares, com porcentagem territorial somente de 20,7 %. No estrato considerado médio, ou seja, acima de 200 até 1.000 hectares, estes eram de 19.184 estabelecimentos, correspondendo à 12,61% do número total e ocupando área de 8.333.832, em termos de porcentagem 31,61%. Enquanto aqueles acima de 1.000 hectares eram de 5.123 estabelecimentos e,

representavam, 3,37% do número total, porém ocupando área de 12.571.972 hectares, equivalendo à 47,69% da área total.

De acordo com os dados supracitados, percebe-se o estado de Goiás apresenta uma perversa distribuição de terras, pois a maior quantidade de estabelecimentos permanece nas mãos dos pequenos proprietários, enquanto quase a metade da porção territorial está nos domínios do latifúndio. É importante salientar que muitos pequenos proprietários não trabalham na terra, quando os investimentos e consumos são derivados de recursos financeiros oriundos da cidade, pois utilizam a propriedade para fins de lazer. “Na verdade, quando a propriedade é minúscula, ela mal sustenta os seus donos e os que dela se servem e, além disto, quando localizadas próximas a áreas fortemente urbanizadas [...] ficam expostas à especulação imobiliária” (NETO, 2011, p. 135).

A desigualdade fundiária inicia na passagem das pequenas para as médias propriedades, quando diminui os números de estabelecimentos e começa a aumentar a porcentagem de áreas. A disparidade se acentua a partir das grandes propriedades que apresentam um número bem menor de estabelecimentos, porém, abrangem quase metade das áreas.

A menor quantidade de proprietários lucra com a atividade agrícola, enquanto os pequenos proprietários passam por dificuldades para se manterem na terra. Nesse contexto, na maioria dos casos as questões sociais no campo não são pertinentes em relação às questões de uso da terra.

A questão agrária envolve a propriedade, posse e uso da terra, juntamente com o debate que emerge acerca do papel social que a agricultura deve cumprir, com reivindicação para a produção de alimentos saudáveis atrelados à temas como a da soberania alimentar, faz com que este padrão produtivo seja colocado em xeque, pois somente o crescimento econômico, por mais que seja relevante, não deve pautar os rumos do debate sobre a questão agrária e o padrão produtivo a ser implementado na agricultura, visto que o tema é perpassado por uma outra série de questões não menos relevantes (CLEMENTE; CLEPS, 2020, p. 310).

A produção agrícola no estado de Goiás, via de regra, segue o mesmo padrão observado em todo o país, em que difere de acordo com o tamanho das propriedades, pois geralmente as grandes colheitas são direcionadas à exportação ou à agroindústria que ocorrem nas maiores propriedades, enquanto nas menores os produtos são vendidos e consumidos no próprio país, constituindo segurança alimentar à nação. Cumpre lembrar,

que nos últimos anos vem crescendo nas pequenas propriedades no estado de Goiás que se dedicam ao monocultivo de grãos, dada à ausência de políticas públicas visando a produção de alimentos básicos.

## PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM GOIÁS

O estado de Goiás é o quarto maior produtor nacional de grãos, com uma produção em torno de 22,815 milhões de toneladas, o que representa 9,5% da produção de grãos brasileira. No entanto, a pauta agrícola do estado é bastante diversificada e composta principalmente por: soja, sorgo, milho, feijão, tomate, entre outros produtos (IMB, 2021). Conforme se pode observar na Tabela 02, a soja e o milho estão na dianteira em relação às demais produções. Posteriormente, em menores quantidades destacam: tomate; sorgo e feijão. Ou seja, há um predomínio dos produtos agrícolas voltados para a exportação e de matérias-primas para a agroindústria em detrimento dos cultivos alimentícios.

**Tabela 02 - Estado de Goiás – principais produtos agrícolas – 2020**

Produto	Quantidade (Toneladas)	Participação Goiás/Brasil (%)
Soja	12.837.120	10,54
Milho	11.838.775	11,39
Tomate	1.098.311	29,26
Sorgo	1.173.014	42,36
Feijão	351.454	11,58

Fonte: IBGE (PAM).

Elaborada pelos autores com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A produção da soja apresenta 12.837.120 de toneladas, correspondendo à 10,54% da produção nacional. “O mercado da soja, em grande parte, é voltado para diversos setores alimentícios desde a comercialização in natura, farelo, óleos, derivados e até os biocombustíveis em que se encaixa no setor industrial de biodiesel” (SILVA, 2021, p. 13). A soja é produzida majoritariamente nas grandes propriedades rurais, sendo nas suas terras ou no viés de arrendamento.

Este grão rico em proteínas e com alta demanda para a agroindústria, é produzido em milhares de pequenas propriedades; a soja também está presente na produção e geração de biodiesel. Assim, livre de produtos químicos como herbicidas, fungicidas e inseticidas, a soja orgânica acaba por ser um bom investimento para os agricultores familiares. De modo geral, o custo de produção é menor do que no sistema convencional e sua produção para consumo humano torna-se mais uma alternativa de renda (CONAFER, 2020).

O milho tem produção de 11.838.775 de toneladas e 11,39% da porcentagem nacional. A produção apresentada na tabela 02 é praticada em grande escala pelas grandes propriedades rurais, o agronegócio que impulsiona as exportações, o que pode ser importante para a balança comercial. A monocultura do milho proporciona bons resultados aos produtores, enquanto contribui pouco para a geração de empregos, pois utilizam de intensa tecnificação em todas as fases produtivas.

Além da presença das máquinas agrícolas como exemplos comprobatórios da modernização técnica inserida no cultivo de milho, cabe acrescentar a inserção de diversos implementos e de práticas agrícolas que constituem indicadores do nível de tecnificação da produção das lavouras. Como exemplo do uso de novas tecnologias no manejo da cultura, associada ao uso de máquinas e equipamentos agrícolas cita-se a presença de produtos químicos utilizados no controle de pragas e doenças que atingem a monocultura do milho. Nas modernas lavouras de milho o uso da adubação nitrogenada por exemplo, e dos produtos químicos utilizados na prevenção e combates de pragas e doenças representam itens essenciais no cultivo dos grãos. (ARAÚJO; OLIVEIRA; CRUZ; SOUZA, 2016, p. 589-590)

O plantio de milho nas pequenas e médias propriedades têm o objetivo de usar as colheitas para o próprio consumo na propriedade para alimentação do gado, porcos, equinos, aves, peixes, entre outros. Enquanto o milho verde *in natura* é usado para culinária das famílias ou vendas em feiras ou mercado local. O milho verde pode ser considerado uma hortaliça, em virtude do tempo de sua permanência no campo até o momento da colheita, que é de aproximadamente 90 dias no verão e de 100 dias no inverno. Por isso, o local de produção deve estar situado o mais próximo possível dos centros consumidores. A cultura tornou-se uma opção de grande valor econômico, principalmente para os produtores que utilizam mão de obra familiar, graças ao bom preço de mercado, à significativa demanda pelo produto *in natura* e pela crescente procura pelo produto por parte da indústria de conservas alimentícias (EMBRAPA, 2021).

A produção de tomate em Goiás é de 1.098.311 toneladas. Neste contexto o estado apresenta 29,6% da escala nacional. A cadeia produtiva do tomate *in natura* e industrial em Goiás apresenta grande relevância econômica para a indústria alimentícia para fabricação de estrato, molho, polpa, *catchup* e outros.

O tomate industrial produzido em Goiás tem importância significativa nas propriedades devido a remuneração que traz a cultura, que é superior a das outras culturas que são produzidas de maneira intercalada ao tomate industrial. O destino da produção de tomate industrial do estado de Goiás é somente a indústria processadora não havendo a possibilidade de venda para o mercado, isto por que, todos os produtores têm um contrato formal com a agroindústria processadora (CARVALHO, 2008, p. 158).

Os tomates são chamados de frutos climatéricos e apresentam taxa respiratória mais baixa e constante, com um pico de alta próximo ao amadurecimento. Nesse caso, os frutos podem ser colhidos com pleno desenvolvimento, mesmo não estando prontos para o consumo, e amadurecerem em separado da planta-mãe (EMBRAPA, 2009).

A produção de sorgo em Goiás é de 1.173.014 de toneladas, correspondendo 42,36% da produção nacional. O *site* safras.com.br publicou em 08 de março de 2021, que a produção estimada no país para a safra 2020/2021 era de 1,3 milhão de toneladas. Os municípios que mais se destacam na produção de sorgo em Goiás são: Paraúna, que aparece em primeiro lugar, seguida por Rio Verde, Acreúna, Goiatuba e Catalão.

No entanto, Landau (2020) enfatiza que no Brasil a produção de grãos de sorgo é destinada principalmente para o uso na alimentação animal. De acordo com Filho (2004) o sorgo pode ser utilizado como substituto do milho nas indústrias de ração. A cultura do sorgo, no geral, é realizada por grandes propriedades rurais. Segundo Ribas (2008) a cultura do sorgo é totalmente mecanizável e pode ser usada tanto no plantio convencional, quanto no plantio direto. A produção do sorgo não é de interesse dos pequenos proprietários, devido à sua dinamicidade produtiva e industrial.

A produção de feijão no estado de Goiás é de 351.454 toneladas. Em comparação ao sorgo representa aproximadamente três vezes menor produção, fato que é preocupante para a questão alimentar da população, pois o sorgo é direcionado à produção de ração animal, enquanto o feijão faz parte da refeição diária do povo brasileiro. “O Brasil está entre os maiores produtores, consumidores e importadores mundiais de feijão. O feijão possui grande importância econômica e nutricional para a população, pois é a principal

fonte de proteína vegetal consumida pelo brasileiro” (OLIVEIRA, 2022, p. 18). Em nível nacional a participação goiana é de 11,58%, constituindo divisas econômicas para o estado de Goiás, sendo equivalente às participações da soja e do milho.

De acordo com trabalho de campo no município de Morrinhos Goiás, observamos que a monocultura está adentrando a área de pastagens e de agriculturas tradicionais como o arroz e o feijão, pois os pequenos proprietários estão arrendando suas terras para o agronegócio. Sobre o assunto o *site gl.globo.com* publicou no dia 15 de novembro de 2022 uma reportagem intitulada *Área de plantio de arroz e feijão encolheu mais de 30% em 16 anos, com o avanço da soja e do milho*, que cita:

A área de plantio da tradicional dupla do prato feito brasileiro, arroz e feijão, teve uma forte redução em relação a 2006, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a divulgar o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Boa parte dessa área foi direcionada para as culturas de soja e milho, que, por sua vez, vêm batendo recordes de produção. Os dois grãos (soja e milho) são *commodities*, ou seja, matérias-primas para a indústria, que são negociadas em bolsas de valores internacionais e exportadas como ração para animais de criação, como bois e porcos. [...] Já o arroz e o feijão, produzidos em boa parte pela agricultura familiar, são focados em abastecer o mercado brasileiro. Seus preços variam de acordo com o tamanho da produção, procura e negociações entre agricultores e a indústria. Em 16 anos, a área de plantio de arroz caiu praticamente pela metade (-44%) no país, enquanto a do feijão encolheu 32%. No mesmo período, a de soja quase dobrou (+86%), ao passo que o milho avançou 66%. Apesar disso, o agricultor consegue colher, atualmente, mais arroz e feijão por área do que há 16 anos. Esse aumento de produtividade, contudo, não se traduziu em um aumento das colheitas. (SALATI; SOUZA, 15/11/2022)

De acordo com a reportagem, tem sido mais rentável praticar a monocultura de grãos voltada à *commodities*, pelo lucro gerado aos produtores, principalmente nos últimos anos, com o processo de exportação e elevados patamares do dólar. No que se refere aos arrendatários, foi possível notar através de levantamento em campo que os mesmos estão satisfeitos pela remuneração referente ao aluguel da terra, pois recebem sem a preocupação de investimentos na produção ou oscilação do mercado. Porém, descrevem uma certa apreensão com as adversidades, como os cortes de árvores, barulhos de maquinários, poeiras, pessoas estranhas percorrendo suas terras, entre outros fatores. Neste contexto, percebe-se que a expansão da soja e do milho provocou a redução da área de pastagens e da produção do alimento básico dos brasileiros.

## POPULAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Conforme as estimativas do IBGE (2021), Goiás é o 11º estado mais populoso do Brasil, contando com 7,2 milhões de pessoas residentes. A dinâmica populacional foi se transformando ao longo dos anos, com migrações externas (pessoas chegaram de outros estados), internas (campo-cidade) e pelo crescimento vegetativo. A expansão da agricultura capitalista alavancou o processo de expropriação e expulsão do campo, formando uma corrente migratória do campo em direção às cidades, gerando uma forte urbanização na região, contraditoriamente conhecida por ter uma economia “forte” assentada na agricultura (CLEMENTE; CLEPS JR, 2020).

A tabela 03 apresenta a população urbana e rural do estado de Goiás, referente aos anos de 1950 à 2015, identificando a diferença aos longos dos anos e a oscilação entre o urbano e o rural, em que pode observar o crescimento da população urbana e a redução da rural, ou seja, ocorreu a migração do campo para a cidade.

**Tabela 03 – ESTADODE GOIÁS: População por situação de domicílio – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2015 (mil habitantes)**

Ano	População				Pop. Total
	Urbana		Rural		
	Nº	%	Nº	%	
1950	246	20,25	969	79,75	1.215
1960	575	30,06	1.338	69,94	1.913
1970	1.237	42,09	1.702	57,91	2.939
1980	2.401	62,20	1.459	37,80	3.860
1991	3.248	80,82	771	19,18	4.019
2000	4.397	87,87	607	12,13	5.004
2010	5.421	90,29	583	9,71	6.004
2015	6.076	91,63	555	8,37	6.631

Fonte: IBGE Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018. (1) PNAD  
Elaborada pelos autores com base no IBGE.

Em 1950 a população urbana goiana era de 246.000 habitantes, enquanto a rural correspondia ao total de 969.000 habitantes. Em 1960 os dados apresentam um crescimento populacional acima do dobro nas cidades, chegando a 575.000 habitantes, enquanto a rural tinha 1.338 habitantes, ou seja, ocorreu um crescimento rural proporcionalmente menor que nas cidades. “A partir da década de 1970 – momento histórico que marca a inversão do local de moradia da população goiana, que passa a ser

majoritariamente urbana” (SALGADO, 2017, p. 54). Nesse período, a população urbana ultrapassou 1,2 milhão de habitantes, ou seja, aumentou mais que o dobro em relação à década anterior, enquanto a população do campo passou para 1,7 milhão de habitantes. A transformação no/do campo provocou migrações internas e externas no estado de Goiás, conforme demonstra Salgado (2017):

A expansão das fronteiras agrícolas atraiu um número expressivo de migrantes para o estado e, em associação com as altas taxas de natalidade registradas até o final da década de 1970, promoveu considerável aumento demográfico. A modernização territorial, incluindo a modernização das técnicas produtivas do campo, impõe o deslocamento maciço das populações rurais para os núcleos urbanos. (SALGADO, 2017, p. 30)

Com a tecnificação da agricultura, a partir da década de 1970, ocorreu um forte processo migratório nesta década, provocando o aumento da população total e a ultrapassagem da população urbana 2.401 em relação à do campo, que era de 1.459 milhões de habitantes no ano de 1980. Ao longo da década de 1970/80 ocorreu o processo de urbanização, em que as pessoas do campo migraram para as cidades, pois as mesmas foram “expulsas” a partir do advento da tecnificação agrícola, sendo que o sistema produtivo precisava “limpar” o campo de gente e enche-lo de máquinas.

Em 1991 a população urbana alcançou a cifra de 3.248 habitantes, enquanto o campo reduziu drasticamente para 771.000 habitantes. No ano 2000 a população urbana chegou a 4.397, enquanto a do campo caiu para 607.000 habitantes. Na década seguinte (2010) a variação de crescimento da população da cidade crescia em torno de 1 milhão de habitantes, enquanto a população do campo continuava em queda. No ano de 2015 a estimativa era de 6.076 habitantes das cidades, enquanto do campo era de 555.000 habitantes, somando à uma população total de 6.631 habitantes. Segundo dados do IBGE a população do estado de Goiás no ano de 2021 está estimada com um total de 7.206.589 habitantes.

## **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO ESTADO DE GOIÁS**

O IDH compara indicadores nos itens renda, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(Pnud) em seu relatório anual. Quando o IDH apresenta até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo e, os com índices entre 0,500 à 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio, sendo que a partir de 0,800 são considerados alto (IPEA, 2008). É importante destacar que o IDH é um índice quantitativo e tem problemas, porém, é válido para a análise da qualidade de vida da população. Segundo Bueno (2007, p. 51):

O Índice de Desenvolvimento Humano, desde a publicação do seu primeiro relatório, gerou e tem gerado reações a favor e contra os seus pressupostos teóricos, metodológicos e políticos. Embora, de uma maneira geral, seja desejável que o índice meça o desenvolvimento humano do modo mais completo possível, na prática isto não é possível devido ao grande volume de informação exigida mas, normalmente não disponível. Por isto, de acordo com os organizadores do Relatório de 1990, um índice que incorporasse muitas variáveis poderia tornar-se difícil para a sua interpretação e o excesso de informações afastaria a atenção dos pontos principais.

De acordo com o IMB (2014), Goiás ocupava o 9º lugar no ranking dos estados brasileiros no que se refere ao IDH geral no ano de 1991 com 0,487. Em 2000 subiu uma posição com 0,615 em 2010 ascendeu para 0,735, passando assim a ocupar o 8º lugar no ranking. Em relação ao Centro-Oeste, em 2010, Goiás encontrava-se em segundo lugar, sendo que o primeiro lugar é o Distrito Federal, primeiro também no *ranking* nacional. Segundo o IMB (2017) o IDH do estado de Goiás no ano de 2017 era de 0,769.

A partir dos números apresentados, percebe-se que o IDH do estado de Goiás tem crescido nas últimas três décadas, saindo do nível baixo no ano de 1991, subido satisfatoriamente para o médio no ano de 2000 e com crescimento regular nos anos de 2010 e 2017, respectivamente. A perspectiva para os próximos dados é uma incógnita, pois após a última divulgação no ano de 2017 chegou a pandemia do covid-19 o que poderá constituir a uma desaceleração do crescimento apresentado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou esboçar a expansão da agricultura empresarial capitalista no Cerrado goiano, realizando para tanto uma trajetória desta atividade ao longo do processo econômico e político no estado de Goiás. Partiu-se da ideia de um estado federativo, que tem caminhado rumo à busca da dinamização econômica propiciada pelas atividades

agroindustriais em detrimento da possibilidade de estabelecer outros padrões produtivos menos perversos socialmente e menos nefastos ao ambiente.

A pesquisa apontou que a partir da década de 1970, o Estado de Goiás tornou-se um ponto estratégico para o incremento de tecnificação no Cerrado, com investimentos do governo federal em parceria com o governo estadual. Em decorrência disso, o estado de Goiás sempre ocupou um lugar de destaque nos projetos e no planejamento do Estado Nacional. Mostrou ainda que as políticas públicas foram responsáveis pela geração das condições necessárias para a implantação e expansão da agricultura empresarial capitalista e que, por sua vez, gerou profundas transformações geográficas no estado a partir do crescimento do setor agrícola, uma vez que tanto o governo estadual, quanto o federal investiram verbas para melhorar as vias de acesso, visando uma melhor participação do estado de Goiás no setor da economia nacional trazendo benefícios à agroindústria. Ou seja, a implantação de monoculturas no Cerrado goiano, representado na expansão da agricultura capitalista e do agronegócio, foi amplamente fomentada e apoiada pelo Estado.

Com a tecnificação do campo, ocorreu a impulsão do fluxo migratório da população para as cidades, principalmente a partir da década de 1970, momento que marcou a inversão do local de moradia da população goiana, que passou a ser majoritariamente urbana no ano de 1980. O impacto foi resultado das procuras por emprego, porém, o setor urbano não possuía capacidade de absorção dos excedentes populacionais deslocados do campo.

No decorrer do processo de tecnificação do campo e do fluxo migratório, o estado de Goiás apresentou um determinado crescimento do IDH, o mesmo está atualmente em nível médio, sendo que a melhor distribuição da população entre o campo e a cidade fortaleceria a melhor distribuição de renda e conseqüentemente um melhor IDH.

Assim, conclui-se que existe um continuísmo de investimentos no setor agrícola, sempre presente na história do estado de Goiás em torno do agronegócio, através de políticas públicas voltadas à categoria, enquanto os agricultores familiares camponeses que mantêm a segurança alimentar do país, permanecem vulneráveis em relação as políticas públicas e estão “abrindo as porteiras” para arrendamento de suas terras ao agronegócio, pois as atividades internas não estão favoráveis em relação ao mercado,

como produção (falta de mão de obra e de maquinários) e comercialização de suas colheitas.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, H. M.; OLIVEIRA, A. M.; CRUZ, R.; SOUZA, A. C. **O agronegócio do milho e a modernização agrícola na sub-bacia do rio salgado**. Revista REGNE, v. 02, número especial, p. 285-294, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/revistadoregne/article/view/10502/7433> - Acesso em: 07 de dez. 2022.
- BENVINDO, F. M. **Acumulação capitalista e urbanização em Goiás: 1920-1980**. Brasília, 1984. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília.
- BITTAR, I. M. **Modernização do Cerrado brasileiro e desenvolvimento sustentável: revendo a história**. Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) v.6, n.1, p. 26 - 38 janeiro/março de 2011 <http://revista.gvaa.com.br> –Acesso em: 3 mar. 2022.
- BORGES, J. C. P. **Estado e políticas públicas em Goiás: Trilhos, Estradas e Fios da Modernização do campo Goiano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2007.
- BUENO, E. de P. **O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos**. Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás – Brasil v. 27n. 3p. 49-69jul. / dez.2007 – Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/6020/9875> - Acesso em: 20 de jan. de 2022.
- CARVALHO, A. G. de; BORGES, J. C. P. **O governo de Otávio Lage 1968 a 1970 e a inserção de goiás no plano de integração territorial do brasil**. XV ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA - EREGEO [manuscrito]: Geografia no contexto das reformas neoliberais no Brasil / Carmem Lúcia Costa. - 2018. X, 1110 f.: il. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1037/o/ANAIS\\_XV\\_EREGEO.pdf?1530194645](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1037/o/ANAIS_XV_EREGEO.pdf?1530194645) - Acesso em: 8 de mar. de 2022.
- CARVALHO, C. R. R. **A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A RELAÇÃO CONTRATUAL NA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TOMATE NO ESTADO DE GOIÁS: ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada a Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/104/o/Claudia\\_Carvalho2004.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/104/o/Claudia_Carvalho2004.pdf) - Acesso em: 07 de dez. 2022.

CLEMENTE, E. C. **O programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales/SP.** Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

CLEMENTE, E. C.; CLEPS JUNIOR, J. **Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás.** Revista NERA, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai.-ago., 2020.

COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001).** Revista de Política Agrícola, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001). **Consequências econômicas e sociais do POLOCENTRO.** 1981. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil. **Livre de fertilizantes, soja é rentável na agricultura familiar.** Disponível em: <https://conifer.org.br/livre-de-fertilizantes-soja-e-rentavel-na-agricultura-familiar/> Acesso em: 18 de jan. 2022.

CROIX, N. **La terre entre terroir et territoire: mutations foncières et organisations des campagnes armoricaines méridionales (1968-1998).** *Ruralia*, Paris: Association des Ruralistes Français, n. 3, p. 1-9, 1998. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ruralia/70>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

EMBRAPA - Embrapa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2009). **Hortas: o produtor pergunta, a Embrapa responde** - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 237 p.: il.; 22 cm – (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/500perguntashortas.pdf> - Acesso em: 19 de jan. 2023.

EMBRAPA - Embrapa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2021). **MILHO.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/milho/producao/sistemas-diferenciais-de-cultivo/milho-verde#:~:text=O%20milho%20verde%20pode%20ser%20considerado%20uma%20hortali%C3%A7a%20em%20virtude,pr%C3%B3ximo%20poss%C3%ADvel%20dos%20centros%20consumidores> - Acesso em: 07 de dez. 2022.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** 2ed. Goiânia-GO: Editoria da UCG, 2004.

FILHO, S. L. S. C. **Efeitos do teor de tanino do sorgo sobre a fermentação ruminal e parâmetros nutricionais de ovinos.** Tese (Doutorado em ciências, área de concentração: Energia nuclear na agricultura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FRANCO, J. B. S. O papel da EMBRAPA nas transformações do Cerrado. In: **Revista Caminhos da Geografia.** Vol.2, nº 3, p.21- 40, 2003.

**GOIÁS. Incorpora a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária – EMGOPA à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás – EMATER-GO e dá outras providências.** DECRETO Nº 4.628, DE 29 DE JANEIRO DE 1996. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/62528/pdf> - Acesso em: 17 de jun. 2022.

**GOIÁS. Reformas Administrativas:** 4 décadas de transformação no poder executivo. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, Vol. 01. Goiânia, 2005.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** 2010. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudo Sócio Ambientais, UFG, Goiânia, 2010.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. **Sobre Goiás - Visão Geral.** Goiânia, 2021.

Disponível em:

[https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=79&Itemid=145](https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145) Acesso em: 02 de nov. 2022.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. **IDHM** – Disponível em:

<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2014/analise-indice-desenvolvimento-humano-municipios-goianos-idhm-1991-2010.pdf> - Acesso em: 02 de nov. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **IDH** - Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2144:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28) - Acesso em: 23 de jan. 2023.

LANDAU, E. C. **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas.** 2015. Brasília, DF: Embrapa, 2020. Volume. 4 p.414.

Disponível em:

<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/214957/1/LivroDinamicaAgropecBR-Vol04.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

MARCELINO, M. A. **A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/GOIÁS:**

transformações territoriais e (Re) Existências. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Goiás (UFG), Catalão-GO: 2016.

MATOS, P. F. de; **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano.** Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia-MG: 2011.

MATOS, P. F. de; PESSOA, V. L. S. **A apropriação do Cerrado pelo Agronegócio e os novos usos do território.** CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente -SP: 2004.

MENEZES, A. V. C. de. **Sociedade sustentável: em busca de um caminho**. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330 p.

MORAES, R. de S. **A câmera escura: gestão territorial e as novas territorialidades do capital em Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada junto ao IESA-UFG, Goiânia-GO: 2004.

NETO, A. T. **ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS** – 2003. Boletim goiano de Geografia. Goiânia, v. 31, n. 2, p. 129-160, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/16850/10260>. – Acesso em: 31 out. 2022.

OLIVEIRA, G. M. **As relações entre os agentes da cadeia produtiva do feijão-comum (*Phaseolus vulgaris* L.) e a inserção comercial da tecnologia da resistência ao mosaico dourado**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PPGAGRO) da Escola de Agronomia (EA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12055/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Gilmara%20Martins%20de%20Oliveira%20-%202022.pdf> - Acesso em 06 de nov. de 2022.

RIBAS, P. M. **Importância Econômica**. In: Cultivo do Sorgo – Embrapa Milho e Sorgo. Sistema de produção versão eletrônica, 3ª ed. Set./2008. Disponível em: [https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/617/4/Tese\\_L%C3%ADgia%20Campos%20de%20Moura%20Silva.pdf](https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/617/4/Tese_L%C3%ADgia%20Campos%20de%20Moura%20Silva.pdf) . Acesso em: 06 nov. 2022.

SAFRAS & MERCADO. **MILHO** - Disponível em: <https://safras.com.br/goias-lidera-producao-de-sorgo-no-brasil-com-13-milhao-de-toneladas-seapa/> Acesso em 06 de nov. de 2022.

SALATI, P.; SOUZA, V. **Área de plantio de arroz e feijão encolheu mais de 30% em 16 anos, com o avanço da soja e do milho**. Publicado em 16 de novembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/11/15/area-de-plantio-de-arroz-e-feijao-encolheu-mais-de-30percent-em-16-anos-com-o-avanco-da-soja-e-do-milho.ghtml> - Acesso em 16 de jan. de 2023.

SALGADO, T. R. **Setor de serviços e a urbanização pretérita em Goiás**. Artigo apresentado à Revista *Élisée*, Rev. Geo. UEG – Porangatu, v.6, n.2, p.29-57, jul./dez. 2017 – Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7284-Texto%20do%20artigo-26494-1-10-20180112%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7284-Texto%20do%20artigo-26494-1-10-20180112%20(3).pdf) – Acesso em: 08 de nov. de 2022.

- SALIM, C. A. **Políticas Estatais e desenvolvimento agrário nos Cerrados: consequências econômicas e sociais do POLOCENTRO.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores.** São Paulo, Petrópolis, 2009.
- SANTOS, R. L. **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS NA PERSPECTIVA DA PESQUISA AGROPECUÁRIA.** Dissertação (Mestrado em História) apresentada junto a Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1998. Disponível em:  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SANTOS\\_\\_Raymar\\_Leite.\\_1999.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SANTOS__Raymar_Leite._1999.pdf) – Acesso em: 17 de jun. 2022.
- SILVA, C. D. **CULTURA DA SOJA (*Glycine max*):** uma abordagem sobre a viabilidade do cultivo no município de Ribeira do Pombal (BA). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônômica) – UniAGES, Paripiranga, 2021. Disponível em:  
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18655/1/MONOGRAFIA%20-%20CULTURA%20DA%20SOJA.pdf> Acesso em: 06 de nov. 2022.
- SOUZA, L. R. de S. **A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade:** diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. En Cuad. Desarro. Rural. Bogotá (Colômbia) 8 (67) 231-249, julho-diciembre 2011. Disponível em:  
<http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n67/v8n67a10.pdf> - Acesso em: 01 de mar. 2022.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Crítica da Sociologia rural e a construção de outra Sociologia dos processos sociais agrários.** In: Ciências Sociais hoje. Anuário de antropologia, Política e Sociologia. São Paulo: Ed. Vértice. 1991, p. 13-51.
- THOMAZ JÚNIOR, A. MENDONÇA, M. R. **A modernização do campo e os impactos sobre o trabalho.** 2002. In: THOMAZ JÚNIOR. **A dinâmica geográfica do trabalho no século XXI:** limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. São Paulo: 2009. Vol.3. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/\\_htm/f2.html](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html)>. Acesso em: 18 de jun. 2022.